



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais

**(In)justiça social e ruralidades em
tempos de emergências climáticas**



Síntese do Grupo de Trabalho 10
Perspectiva territorial do desenvolvimento rural:
práticas, políticas e processos
no contexto das mudanças climáticas

Realização



Apoio



SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º
ENCONTRO
da Rede
de Estudos
Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



Síntese do Grupo de Trabalho 10. Perspectiva territorial do desenvolvimento rural: práticas, políticas e processos no contexto das mudanças climáticas

Coordenação:
Carolina Simões Galvanese (UFABC/CEBRAP)
Cidonea Machado Deponti (UNISC)

Introdução

Nas últimas décadas, as áreas rurais assistiram à emergência de importantes transformações e de novos fenômenos e processos sociais que vêm baseando debates sobre a chamada nova ruralidade. Ao lado de temáticas que seguem atuais, como a questão agrária e os conflitos dela derivados, novos temas ganham cada vez mais relevância como a produção de alimentos e de energia, a conservação do patrimônio histórico e natural, o fornecimento de água e de serviços ecossistêmicos, ou o aproveitamento sustentável da sociobiodiversidade, fatores fundamentais para aprimorar o bem-estar humano que reposicionam essas áreas na agenda contemporânea de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a ascensão do discurso sobre o desenvolvimento sustentável e sua aplicação à escala territorial – cidades sustentáveis, territórios sustentáveis, objetivos do desenvolvimento sustentável em escala planetária – tomam a sustentabilidade como um ideal normativo, um estado a ser alcançado. No entanto, pouco se tem avançado na compreensão dos fatores que respondem ou poderiam responder, em diferentes contextos territoriais, por dinâmicas e processos de transição para modelos mais sustentáveis e inclusivos de produção, ou de geração de energia, por exemplo. Isso ganha ainda mais relevância diante dos recentes desastres ocorridos em diferentes regiões do país, como no caso das chuvas de 2024, no Rio Grande do Sul, que ampliam a urgência de novas soluções para adaptação e mitigação dos crescentes e, por vezes, devastadores impactos territoriais das mudanças climáticas. Trata-se, portanto, de buscar evidências e lições acerca dos processos por meio dos quais os territórios se estruturam, das proximidades e distâncias de suas dinâmicas em relação ao ideal normativo da sustentabilidade, dos fatores que respondem pelas dificuldades e avanços observados nesse sentido, e das perspectivas e caminhos possíveis para o desenho de políticas



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



públicas e estratégias de planejamento de áreas rurais que sejam capazes de equacionar os desafios atuais em trajetórias de desenvolvimento mais inclusivas e sustentáveis, algo ainda não completamente sistematizado pela literatura sobre o tema.

Buscando contribuir com esse debate, o GT “Perspectiva territorial do desenvolvimento rural: práticas, políticas e processos no contexto das mudanças climáticas” tem, como objetivo geral constituir um espaço de debate, construção coletiva de conhecimento e fortalecimento de redes de colaboração em torno do tema, contribuindo para identificar desafios teóricos e empíricos relacionados aos estudos rurais a partir de pesquisas inspiradas pelo chamado enfoque territorial do rural no contexto contemporâneo das mudanças climáticas. Esse objetivo geral se desdobra em, ao menos, quatro objetivos específicos:

- a) Identificar as tendências, os conflitos e as contradições que emergem dos processos sociais concretos de apropriação, de uso e de organização do território e seus recursos no contexto contemporâneo, com especial atenção para os conflitos socioambientais, sobretudo aqueles que surgem em torno do clima, da alimentação e da energia;
- b) Refletir sobre a manifestação territorial destas tendências, conflitos e contradições e suas articulações com processos e forças sociais extralocais e multiescalares;
- c) Identificar práticas inovadoras e evidências sobre caminhos possíveis para o fortalecimento de capacidades territoriais e de coalizões de agentes capazes de levar à frente processos de transição para a sustentabilidade com inclusão social e redução de desigualdades nos diferentes territórios;
- d) Refletir sobre as instituições, as práticas e os principais desafios da perspectiva territorial no contexto atual do planejamento e das políticas públicas para áreas rurais no Brasil e sobre quais as possibilidades e eventuais novos caminhos abertos a essa perspectiva diante da agenda climática.

Com o propósito de organizar o debate e a reflexão sobre esses temas e questões e tendo por base os trabalhos submetidos ao GT, esta tentativa de síntese está organizada em três seções. A primeira agrega um conjunto de 9 trabalhos que discutem políticas públicas e instrumentos de planejamento territorial. A segunda traz considerações sobre experiências e dinâmicas de desenvolvimento territorial em marcha no país, a partir de um total de 6 trabalhos. A terceira agrega, também, 6 trabalhos em torno de temas ligados

 **1 A 5 DE SETEMBRO**
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



 **11º**
ENCONTRO
da Rede
de Estudos
Rurais



**(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas**



à governança, instituições e ação coletiva. Ao final de cada seção e nas páginas finais desta síntese, são tecidos alguns comentários e sugeridas algumas questões para debate.

1. Políticas públicas e instrumentos de planejamento

1.1. Convivência com o semiárido e o papel das políticas públicas nas vulnerabilidades da agricultura familiar

Com o objetivo de apresentar um panorama sobre a influência das políticas públicas para a agricultura familiar do Território do Sisal no estado da Bahia, Marcio Caetano A. Lopes discute os múltiplos desafios sociais, políticos, econômicos e ambientais que se apresentam aos espaços rurais das regiões semiáridas do Brasil, considerando que as mudanças climáticas e a pobreza rural têm pressionado os condicionantes de vida da agricultura familiar. A partir da realização de 30 entrevistas com agricultores familiares de três municípios do território, o autor demonstra que as políticas públicas, embora importantes, têm sido insuficientes para solucionar as múltiplas crises que assolam a agricultura familiar, visto que não têm resolvido questões mais amplas da vida dos agricultores, ocupando, neste sentido, meros espaços de “urgências”.

1.2. Contribuições à territorialização de políticas públicas para a agricultura familiar: procedimentos teórico-metodológicos e ações orientadoras

Diante do contexto de retomada da política territorial pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar depois do desmonte dessa política ocorrido entre 2016 e 2022, Ademir Antonio Cazella e Moisés Savian apresentam o enfoque teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) com o objetivo de discutir caminhos para a territorialização de políticas públicas para a agricultura familiar no país. A partir de exemplos de políticas que, ao longo do tempo, perderam o controle social na esfera territorial, como o Pronaf, e de casos de territorialização de políticas públicas que já ocorrem em alguns territórios, os autores apontam as possibilidades derivadas da concepção de recurso territorial específico, tipo de recurso que não se restringe ao campo produtivo já que integra a riqueza sociocultural e ambiental dos territórios, e cuja definição renovada permite compreender e incorporar, em projetos territoriais, os vários sentidos que os atores do território atribuem a eles, contribuindo nas ações de valorização de produtos e serviços de qualidade a partir de sistemas policêntricos de governança.



1.3. Análise de Conjuntura das Políticas Públicas dos Atingidos por Enchentes no Alto Vale do Itajaí

Buscando contribuir para o debate sobre justiça social e ambiental, Laura Cristina Pereira de Oliveira e Matheus Albuquerque Flores evidenciam os limites das respostas estatais contidos nas políticas públicas voltadas às populações atingidas por enchentes no Alto Vale do Itajaí (SC), entre 2008 e 2024. Utilizando os conceitos de “indústria da enchente” e de “capitalismo de desastre”, os autores discutem a instrumentalização de eventos extremos por interesses econômicos e políticos e buscam investigar como essas políticas vêm sendo historicamente implementadas – com foco em uma lógica de curto prazo, favorecendo interesses corporativos e estatais em detrimento das comunidades mais vulneráveis - e de que forma determinados sujeitos sociais — especialmente comunidades indígenas e pequenos agricultores — constroem estratégias de resistência diante da vulnerabilidade estrutural que marca seus territórios.

1.4. Por uma abordagem territorial das políticas de conservação ambiental: o Programa Conservador das Águas, Extrema-MG.

A partir de uma análise do Programa Conservador das Águas (PCA) em Extrema-MG, Vanessa Lucena Empinotti, Carolina Galvanese e Bruno Puga mostram os limites de perspectivas setoriais para a avaliação de programas de conservação ambiental que, com foco restrito a métricas ecológicas, negligenciam seus impactos socioeconômicos mais amplos. Em contraste, mostram que a perspectiva territorial amplia a compreensão dos impactos e contribui para análises integradas que superem perspectivas setoriais e considerem contextos históricos e territoriais onde os programas e iniciativas de conservação são implementadas. Articulando o PCA às transformações recentes do rural do município de Extrema, o estudo revela que, embora bem-sucedido em parâmetros técnicos e institucionais, o programa pode reforçar desigualdades e reconfigurar ruralidades locais, ampliando tensões entre conservação e justiça socioambiental.

1.5. Desafios e possibilidades da nova política de desenvolvimento territorial

A partir de uma reflexão prévia sobre a cadeia produtiva da mandioca em Rondônia, Xênia de Castro Barbosa, Tiago Lins de Lima e Lediane Fani Felzke buscam refletir sobre as possibilidades vislumbradas pela nova política de desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, recriado em 2023. Com base nos desafios envolvidos na redução da fome e da insegurança alimentar



e nutricional no Brasil, os autores apontam que a nova política de desenvolvimento territorial rural tem importante potencial para contribuir para o enfrentamento desses desafios, desde que atue de modo intersetorial e busque enfrentar a questão agrária, fortalecer agricultura familiar, e aperfeiçoar mecanismos de governança territorial.

1.6. Território como horizonte de ação: dilemas e potências da abordagem territorial na PEAPO-SP

Partindo da ideia de que a abordagem territorial é estratégica para o fortalecimento e implementação de ações de desenvolvimento rural e agroecologia, Wolney Felipe Antunes Junior e Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo discutem os dilemas e as potências dessa abordagem à luz de dados empíricos produzidos nos territórios Sudoeste Paulista e Metropolitano de São Paulo, no âmbito da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica de São Paulo (PEAPO-SP). Ao observar as diferenças de governança entre os dois territórios analisados, os autores apontam que a efetivação territorial dessa política pública requer a combinação da municipalidade como base executiva, com a conformação de fóruns territoriais que promovam reflexão coletiva e favoreçam a formulação integrada de estratégias territoriais.

1.7. Por um etnoplanejamento territorial sustentável – um estudo de caso em Paraty, Rio de Janeiro

A partir de uma análise do Plano Diretor Municipal e do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do município de Paraty, Rio de Janeiro, Ananda Meinberg Bevacqua e Nina Lys Nunes investigam a representação de povos e comunidades tradicionais nos instrumentos de planejamento territorial e apontam que, apesar do reconhecimento legal dos PCTs, suas territorialidades são frequentemente invisibilizadas, o que reflete um modelo de desenvolvimento que prioriza interesses econômicos em detrimento da justiça socioambiental. As lacunas na inclusão e no mapeamento de comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas em Paraty evidenciam, assim, a necessidade de revisão dos instrumentos e políticas de planejamento territorial para garantir o respeito aos direitos e modos de vida tradicionais.

1.8. Promoção de Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Fomento às Atividades Produtivas Rurais executado no RS

Vinicius Piccin Dalbianco, Aline Züge Rodrigues e Alessandro Carvalho Bica realizam uma análise do Programa Fomento às Atividades Produtivas Rurais, resultado de uma colaboração entre a Unipampa, o MDA e o Instituto Padre Josimo. Para promover



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



a inclusão socioeconômica e a sustentabilidade no campo, o projeto atendeu 400 famílias em sua primeira etapa, oferecendo apoio técnico e financeiro para desenvolver atividades produtivas agrícolas e não agrícolas. Os resultados apontam, de maneira expressiva, para o aumento da renda familiar, melhoria da segurança alimentar e fortalecimento da autonomia produtiva. A atuação conjunta de universidades, movimentos sociais e governo foi essencial para o sucesso do programa e também contribuiu para a formação prática de estudantes e extensionistas. O programa revelou-se um modelo eficaz de política pública para combater a pobreza rural, fortalecer a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável nas comunidades atendidas.

1.9. Energia solar e recria de camarão em territórios rurais no Amapá: um cenário de perspectivas

Diante da escassez de investimentos na eletrificação rural na Amazônia como uma realidade latente que limita muitas comunidades rurais a depender de pequenos sistemas isolados de energia movidos por combustíveis fósseis, Martinho Felizardo Guimarães de Oliveira e Aline Reis Calvo Hernandez discutem a inclusão energética a partir da análise do Programa de Produção Integrada de Alimentos (PPI), do governo do Estado do Amapá, que disponibilizou recursos para aquisição de sistemas fotovoltaicos associados ao arranjo produtivo da recria de camarão para entidades representativas de comunidades rurais em 2022. Os resultados do estudo apontam para a energia renovável como oportunidade de aliar a cidadania e a sustentabilidade às atividades dos ribeirinhos amapaenses e fortalecer a perspectiva de desenvolvimento sustentável para esses territórios rurais, porém com necessidade de monitoramento e avaliação dos desdobramentos e impactos do programa.

1.10. Temas e questões para debate

Neste primeiro agrupamento de textos, um traço comum entre os artigos é a ênfase nas potencialidades da abordagem territorial como estratégia central para superar as limitações das políticas públicas setoriais e fragmentadas, especialmente em contextos rurais e socioambientalmente vulneráveis. O território é entendido como um espaço dinâmico, capaz de integrar dimensões ambientais, ecológicas, sociais, culturais e institucionais, favorecendo transformações estruturais em direção à inclusão produtiva, à sustentabilidade e à soberania alimentar. No entanto, os textos apontam desafios persistentes. Ainda que com diferentes enfoques empíricos e conceituais, a maioria deles parte da constatação de que as políticas públicas têm sido insuficientes para lidar com os desafios estruturais das populações do campo ou de áreas de risco diante das mudanças



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



climáticas. Os limites das intervenções estatais são apresentados em torno de alguns temas principais.

O primeiro deles é a **fragmentação setorial das políticas e as dificuldades de articulação entre diferentes áreas e setores de governo** (como agricultura, meio ambiente e desenvolvimento social, por exemplo). No mesmo sentido, os estudos apontam a permanência de uma ênfase nos municípios como unidades principais de gestão, com ainda **pequeno reconhecimento institucional dos territórios como unidades de planejamento**, e o predomínio de decisões verticalizadas, que limitam a participação de atores locais e a adaptação das políticas às diferentes realidades territoriais. Além disso, os trabalhos apontam, ainda, para a **invisibilização de povos e comunidades tradicionais por parte de instrumentos de ordenamento territorial** como Planos Diretores e Zoneamentos Ecológico-Econômicos, que frequentemente ignoram formas tradicionais de ocupação e uso da terra e dos recursos locais; e para limites de políticas que, ainda que representem importantes avanços na redução de pobreza, na promoção da segurança alimentar, e na inclusão produtiva de populações rurais, seguem enfrentando obstáculos relacionados à **insuficiência de financiamento e à fragilidade dos mecanismos de governança participativa**, que resultam em baixa autonomia dos colegiados territoriais e na limitada capacidade de adaptação às realidades locais.

Em síntese, os artigos reforçam a relevância do enfoque territorial para políticas públicas transformadoras, desde que superem a fragmentação institucional e ampliem a participação social, garantindo que as especificidades locais orientem ações efetivas e duradouras. Também apontam a urgência de repensar os modelos de planejamento, incorporando a diversidade dos atores sociais, a complexidade dos territórios e as variadas escalas de tomada de decisões (local, regional, nacional), articulando justiça ambiental, participação social e reconhecimento das especificidades locais na construção de alternativas sustentáveis e democráticas, e rompendo, assim, com lógicas universalistas e lineares que marcaram momentos anteriores das políticas para as áreas rurais do país. Chama a atenção o grande número de trabalhos dedicados a essa temática e a ênfase na necessidade de territorializar as políticas públicas, o que parece denotar a manutenção do prestígio deste objeto de estudo e da retórica territorial como modelo para a organização de políticas públicas, a despeito do desmonte deste tipo de iniciativas ocorrido na esfera federal no decorrer dos últimos dez anos.



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



Em um contexto atual de retomada de políticas territoriais no Brasil, algumas questões que podem ser postas para o debate sobre este tema são: a) quais os aprendizados derivados da primeira geração de políticas territoriais experimentada no início dos anos 2000?; b) quais as possibilidades, as dificuldades e os caminhos para internalizar, em instrumentos e políticas territoriais, as especificidades das áreas rurais e interioranas do país?; c) como garantir maior incorporação da perspectiva territorial em estratégias e políticas setoriais que incidem sobre o rural?; d) que temas ou questões ainda permanecem em aberto e mereceriam maior atenção dos pesquisadores dedicados ao estudo das relações entre políticas públicas e territórios rurais no Brasil?; e e) a retomada recente das políticas territoriais representa uma mudança de paradigma no desenvolvimento rural ou uma atualização de modelos anteriores? Qual o papel da abordagem territorial nesse novo contexto?

2. Experiências e dinâmicas de desenvolvimento territorial

2.1. Outras dinâmicas territoriais: notas sobre os projetos REDD+ no sul do Amazonas

Com o objetivo de apresentar características dos projetos REDD+ no Amazonas, principalmente na região Sul do estado, Mariana Vieira Galuch, Luciane Silva da Costa Marinho e Glaucia Maria Quintino Baraúna partem de dados coletados em fontes secundárias como artigos e projetos REDD+ cadastrados nos sites Verra e CerCarbono para discutir o efeito das “outras” dinâmicas territoriais no Sul do Amazonas como uma mudança estrutural na relação entre o território das comunidades e as estratégias de financeirização das florestas preservadas por meio dos projetos REDD+.

2.2. Desenvolvimento territorial e circuitos curtos de comercialização: uma experiência no Recôncavo da Bahia

A partir de um olhar para o Grupo de Consumo do Recôncavo, iniciativa de constituição de um circuito curto de comercialização no Território do Recôncavo, no estado da Bahia, Ana Georgina Peixoto Rocha, Letícia Andrea Chechi e Nara Eloy Machado Maturino discutem a importância dos mercados locais/territoriais enquanto canais de comercialização que surgem como um questionamento do padrão predominante de produção e consumo, criando novas formas de interação entre produtores e consumidores, com base em princípios como a segurança alimentar, a dinamização das economias locais e a autonomia dos agricultores. A venda direta de um grupo de



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



produtores para consumidores é analisada enquanto uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar e de construção de novas relações entre o rural e o urbano, na perspectiva do desenvolvimento territorial, estimulando uma reflexão sobre os caminhos para a construção de sistemas agroalimentares sustentáveis e solidários.

2.3. Transformações na paisagem do rural metropolitano: o avanço do agronegócio e seus conflitos

Maria Lucia Ramos Bellenzani aborda as transformações da paisagem rural nas Regiões Metropolitanas do Vale do Paraíba e Sorocaba, situadas na Macrometrópole Paulista, a partir da percepção de quem vive e habita os espaços rurais inseridos nas metrópoles. Reafirma o conceito de Rural Metropolitano, desafiando a aparente contradição entre esses dois termos e assumindo como premissa o paradigma da nova ruralidade – o rural contemporâneo, multifuncional e pluriativo, espaço fundamental para a produção de água, regulação climática e segurança alimentar das metrópoles. Buscando captar as transformações da paisagem rural metropolitana a partir da visão de quem vive e habita esse espaço, foram realizadas entrevistas com diversos atores sociais presentes nas duas Regiões Metropolitanas mencionadas, resultando em depoimentos que indicaram mudanças significativas na agricultura, confirmadas por dados oficiais. Os resultados revelam que o rural metropolitano permanece como espaço agrícola, mas a produção de alimentos vem sendo transformada pela expansão das commodities, com potenciais impactos que ameaçam serviços ecossistêmicos fundamentais para a resiliência climática das metrópoles.

2.4. Agricultura familiar e agricultura periurbana frente às mudanças climáticas

Com base nos impactos cada vez mais evidentes das mudanças climáticas, Camila de Souza Borsa, José Maria Gusman Ferraz e Maria Lucia Ribeiro apontam a importância da agricultura urbana e periurbana como estratégias de mitigação e adaptação, ligando-as a instrumentos de incentivo à sustentabilidade, como o IPTU Verde. Com base em pesquisas bibliográficas, os autores revelam que essas práticas são fundamentais para absorver o excesso de água das chuvas, reduzir as "ilhas de calor" e garantir o acesso a alimentos locais, com menor emissão de gases de efeito estufa, especialmente no transporte.

2.5. Diagnóstico dos agricultores familiares do estado do Tocantins

Rafael Luciano da Silva, Gabriela Mariano Mendonça e Cleiton Ferreira Silva Milagres apresentam os resultados de uma parceria entre o NERUDS/UFT e o Ruraltins



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



voltada a mapear perfis produtivos e vulnerabilidades socioambientais em 7 Unidades Locais de Extensão (ULEs) do Tocantins. Com base em questionários estruturados que abordaram infraestrutura produtiva, composição familiar, acesso a crédito, práticas sustentáveis, comercialização e transporte, o estudo revelou importantes disparidades regionais em termos de estrutura produtiva e utilização de práticas sustentáveis. A análise dos dados mostrou, ainda, correlações entre perfis produtivos e vulnerabilidades: monocultores enfrentam maiores desafios de infraestrutura, enquanto produtores diversificados relatam problemas de comercialização e acesso a mercados.

2.6. Terra Preta como base para a segurança alimentar, a saúde e a vida no planeta

Buscando agregar conhecimentos e práticas que contribuem para agricultura regenerativa no contexto da agroecologia, Patricia Baier Krepsky e Maria Alice de Castro Rodrigues dos Santos discutem pesquisas sobre terra preta e o papel de práticas agroflorestais agroecológicas para o aumento da resiliência de comunidades indígenas em relação a segurança alimentar, fixação de carbono nos solos, diminuição da liberação de metano nos aterros sanitários, diminuição do transporte de resíduos sólidos e promoção de ciclo virtuoso de alimentação saudável gerando solos férteis e vivos e vice-versa.

2.7. Temas e questões para debate

Neste segundo eixo de debates do GT, voltado à análise de experiências e dinâmicas de desenvolvimento territorial, os trabalhos apresentam um olhar para a transformação recente das realidades rurais a partir da ação de políticas públicas, de projetos e empreendimentos privados ou de iniciativas da sociedade civil. É ampla a **diversidade de categorias e casos mobilizados** com esse intento, que envolvem projetos de crédito de carbono e as **dinâmicas territoriais que derivam de novas formas de mercantilização da natureza, circuitos curtos de comercialização** como estratégia de inclusão produtiva rural e como expressão de novas formas de relação rural-urbano, e **processos em marcha no rural metropolitano** que, por um lado reforçam a importância da agricultura urbana para a resiliência climática das cidades, e por outro, convertem áreas tradicionalmente voltadas à produção de alimentos em áreas de produção de commodities, tendência com preocupantes repercussões à segurança alimentar das populações urbanas em um futuro próximo. Parte dos trabalhos tangencia os debates sobre **conflitos, injustiça ambiental e processos de desterritorialização e reterritorialização** decorrentes de assimetrias de poder entre atores locais e extralocais, enquanto outros apontam fatores estruturais - como a concentração de ativos ou a diversificação produtiva - na base das



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



diferentes demandas e vulnerabilidades que desafiam políticas voltadas à agricultura familiar nos diferentes territórios do país.

Em conjunto, todos eles reforçam a ideia de que o desenvolvimento territorial exige abordagens plurais, que valorizem a diversidade de atores, saberes e estratégias locais, indo além de soluções tecnocráticas ou financeirizadas. A construção de alternativas viáveis e justas passa pelo reconhecimento das diferentes territorialidades, pela valorização dos territórios e seus atributos, pelo diálogo transparente entre atores e pela forte articulação entre políticas públicas, movimentos sociais e comunidades locais. Destacam-se, por outro lado, problemas e dificuldades recorrentes que já vêm sendo apontadas pela literatura dos estudos rurais nas últimas décadas, sobretudo a inadequação de instrumentos de planejamento existentes perante as características dos tecidos sociais locais e o caráter pontual e limitado das experiências de sucesso. Entre possíveis questões para aprofundamento do debate estão: a) o que as dinâmicas em marcha nas áreas rurais e as experiências analisadas ensinam sobre as possibilidades de articulação entre inclusão produtiva, sustentabilidade e justiça social em trajetórias de desenvolvimento territorial?; b) para além dos limites evidenciados, quais os fatores de êxito nas experiências implementadas?; b) o que dificulta a transformação desses fatores em inovações mais consistentes nos instrumentos de planejamento rural?; c) como replicar ou ampliar a escala das experiências existentes?; d) quais questões permanecem em aberto para um aprofundamento dos estudos sobre essas experimentações produtivas associadas à promoção do desenvolvimento territorial?

3. Governança, instituições e ação coletiva

3.1. Rede da Sociobiodiversidade de São Paulo: o que esperar dessa articulação?

Em um trabalho que aborda a estruturação da Rede da Sociobiodiversidade de São Paulo (Rede Sociobio SP), iniciada em 2022, Nina Lys Nunes, Ananda Meinberg Bevacqua e Fernanda Brando buscam compreender como as redes colaborativas podem contribuir para a conservação da biodiversidade, a transformação socioambiental e o desenvolvimento sustentável em diferentes territórios, a partir do caso da Rede como estratégia inovadora para fomentar fortalecer cadeias de valor sustentáveis no estado. Formada majoritariamente por jovens mulheres, entre pesquisadores acadêmicos e não acadêmicos, técnicos, lideranças comunitárias e agricultores familiares, a Rede alia conhecimentos técnicos, científicos e tradicionais para a promoção da bioeconomia a partir da biodiversidade da Mata Atlântica e busca construir ações integradas que



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



promovam o uso sustentável dos recursos naturais e o desenvolvimento regional, alinhadas à agenda climática e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

3.2. A valorização de recursos territoriais específicos: da proximidade geográfica à construção da proximidade social

Com o objetivo de discutir o conceito de recurso territorial específico, tendo por referência empírica estudos de caso realizados em territórios rurais de quatro estados brasileiros - dois do Norte (Pará e Maranhão) e dois do Sul (Santa Catarina e Paraná) -, Ademir A. Cazella, Monique Medeiros, Sandra M. Schiavi e Itaan J. P. Santos adotam um modelo de análise que, originalmente concebido para realidades socioeconômicas da Europa Ocidental, tem a pretensão de avaliar a pertinência do conceito para realidades socioeconômicas e ambientais brasileiras contrastantes, em especial da região amazônica.

3.3. Inovação organizacional e ação coletiva da agricultura familiar: análise dos fatores condicionantes para o desenvolvimento territorial sustentável

Buscando elencar os principais fatores condicionantes do surgimento de ações coletivas inovadoras entre agricultores familiares, com repercussões ao desenvolvimento territorial sustentável, Eloiza Andréa Moraes Silva, Fábio Luiz Búrigo e Simone Blanc apresentam uma pesquisa integrativa, apoiada em artigos científicos que apresentam resultados empíricos sobre o tema. Foram reconhecidos oito fatores condicionantes nas inovações organizacionais analisadas, concluindo que a inovação organizacional contida na construção de organizações de ações coletivas da AF promove um modelo de desenvolvimento que considera as especificidades e potencialidades dos territórios rurais, construindo alternativas sustentáveis e inclusivas para o futuro.

3.4. “Produzir, proteger e incluir”: a atuação de agências globais na governança socioambiental do território-lugar semiárido

Flávio Antonio Santos analisa a influência de agências globais na construção de políticas e práticas de desenvolvimento sustentável no Semiárido. Essas agências implementam ações territoriais centradas nos pilares de produção sustentável, proteção ambiental e inclusão social. A reflexão aborda como essas organizações replicam estratégias de governança socioambiental, muitas vezes como “inovação” em relação às práticas locais, como a centralização política. Ao examinar a atuação dessas agências, busca-se compreender como elas contribuem para a articulação de políticas públicas e como essas intervenções impactam as comunidades locais, tomando como recorte o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Cariri Paraibano.



3.5. Eficiência marginal do capital cooperativo: uma análise da Ascoob-Coopec em Sergipe

A COOPEC é uma cooperativa de crédito, confederada ao sistema ASCOOB (Bahia), que atua, desde 2007, no sertão ocidental de Sergipe por meio da concessão do capital cooperativo e solidário. Diferentemente das outras instituições, a COOPEC possui uma característica intrinsecamente social. Isso quer dizer que para além das operações financeiras, ela desempenha uma função de grande importância para o contexto territorial que está inserida. Desse modo, Fabiana dos Santos Pinheiro, José Eloízio da Costa, Acácia Santos de Araújo buscam analisar a eficiência marginal do capital cooperativo para a geração da riqueza real que circula nos territórios rurais sul sergipanos. Sendo assim, utilizou-se como base empírica-analítica a ASCOOB-COOPEC, localizada no município de Poço Verde-SE. Ainda que o cooperativismo de crédito solidário em Sergipe ainda seja limitado e incipiente, o trabalho discute possibilidades a fim de ampliar os horizontes sociais e financeiros das cooperativas no estado.

3.6. Desenvolvimento rural e inclusivo: um panorama do cooperativismo agropecuário brasileiro

As cooperativas agropecuárias apresentam papel de destaque no cenário nacional, por serem responsáveis pelo fortalecimento de associados do meio rural que acreditam na cooperação como uma estratégia para o alcance do desenvolvimento rural e inclusivo. A pesquisa realizada por Daciane de Oliveira Silva, Ana Georgina Peixoto Rocha, Eliene Gomes dos Anjos analisa o cooperativismo agropecuário e sua importância para um desenvolvimento inclusivo e sustentável em cinco estados brasileiros, a partir de um olhar para 120 cooperativas agropecuárias do país. Como resultado, inferiu-se que, em comparação com o agronegócio, o processo de inclusão social tende a ser uma realidade nas cooperativas da agricultura familiar, a partir da inserção de mulheres nas atividades produtivas e em cargos de gestão, além da presença de programas de inclusão criados para tal finalidade. Ainda que o cooperativismo da agricultura familiar reproduza também desigualdades históricas da realidade brasileira, os dados expressam como esse é um caminho mais inclusivo e sustentável.

3.7. Temas e questões para debate

A seção “Governança, instituições e ação coletiva” reúne um conjunto de estudos que demonstram a **centralidade das organizações sociais, de redes territoriais e de**



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



instituições cooperativas na construção de caminhos mais sustentáveis para o desenvolvimento rural e territorial no Brasil. A partir de diferentes experiências e recortes territoriais, os artigos evidenciam que formas de governança baseadas na cooperação, no protagonismo local e na valorização dos recursos e saberes territoriais oferecem alternativas concretas frente às limitações das abordagens centralizadas e setoriais do desenvolvimento. São formas de ação coletiva que explicam, em muitos casos, melhorias observadas nas formas de processamento e comercialização de produtos, no acesso a recursos financeiros, na implementação de tecnologias sustentáveis e na garantia de relações mais justas ao longo das cadeias produtivas. As redes colaborativas, o associativismo e o cooperativismo representam, assim, importante caminho para o desenvolvimento inclusivo e sustentável de territórios rurais, articulando saberes técnicos, científicos e tradicionais para promover maior inclusão, coesão comunitária, redução das desigualdades e conservação ambiental. As análises sobre cooperativas – tanto agropecuárias quanto de crédito solidário – apontam para o **papel estratégico dessas instituições na geração de renda, inclusão social e democratização da economia nos territórios**, além de papel central no fortalecimento de agricultores familiares mais vulneráveis e tradicionalmente excluídos dos mercados.

Por outro lado, os estudos apontam a existência de entraves e desafios a serem superados para a construção de trajetórias territoriais nessa direção, sobretudo a **necessidade de ampliação de capacidades institucionais** para a consolidação de formas sustentáveis de gestão dos recursos naturais e da biodiversidade, a centralidade de **fortalecimento da articulação intra/interinstitucional e intersetorial**, e o **fortalecimento de arranjos policêntricos de governança**. Além disso, os trabalhos também alertam para os riscos das intervenções exógenas, como aquelas promovidas por agências multilaterais, que podem deslocar ou enfraquecer iniciativas locais ao replicar modelos de governança descolados das dinâmicas dos territórios. Isso reforça a necessidade de construir **arranjos de governança multiatores e mecanismos institucionais de participação ativa dos atores locais**. O enfoque territorial do desenvolvimento rural demanda a integração de espaços, atores, agentes, mercados e políticas públicas, mas enfrenta, ainda, obstáculos relacionados à pobreza, baixo dinamismo dos mercados locais, decisões setoriais e persistência de práticas autoritárias e clientelistas, sobretudo em áreas tradicionalmente marcadas por vulnerabilidades socioeconômicas, como o Semiárido nordestino. E nesse sentido, a governança territorial é instrumento chave para democratização do acesso e uso dos recursos territoriais.



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



Em conjunto, os artigos reafirmam, portanto, que a ação coletiva é condição estratégica para a construção de alternativas ao desenvolvimento hegemônico, e que as institucionalidades precisam ser constantemente reinventadas para responder às complexidades e diversidades dos territórios brasileiros. Entre possíveis questões para aprofundamento do debate estão: a) como diferentes formas de organização coletiva – como redes colaborativas, cooperativas e fóruns territoriais – têm contribuído para ampliar a capacidade de ação dos atores locais e fortalecer a governança do desenvolvimento territorial?; b) como fortalecer a governança territorial e os fóruns de participação social para garantir maior participação e protagonismo dos atores locais na formulação, execução e avaliação das políticas públicas e das estratégias implementadas?; c) em que medida o cooperativismo solidário da agricultura familiar tem sido uma alternativa concreta ao modelo concentrador do agronegócio, e quais seus limites e potenciais para promover um desenvolvimento territorial mais justo e participativo?; e d) quais desafios permanecem para a construção de modelos policêntricos de governança, capazes de articular uma pluralidade de atores e interesses em torno de estratégias efetivas de desenvolvimento sustentável e inclusivo nas diferentes áreas rurais do país?

Considerações Finais

As três seções analisadas — “Políticas públicas e instrumentos de planejamento”, “Experiências e dinâmicas de desenvolvimento territorial” e “Governança, instituições e ação coletiva” — evidenciam, em conjunto, a centralidade do território como categoria de análise e de ação para repensar as estratégias de desenvolvimento rural em contextos marcados por desigualdades, vulnerabilidades socioambientais e desarticulação institucional. Ainda que com enfoques, recortes e metodologias distintas, os trabalhos compartilham o diagnóstico de que as políticas públicas e os instrumentos de planejamento rural têm sido historicamente fragmentados, centralizados e, muitas vezes, descolados das realidades locais, o que levanta preocupações quanto aos limites da atual retomada de políticas territoriais a partir da simples reedição de iniciativas anteriormente implementadas.

Em contraponto, os trabalhos abordam um importante conjunto de experiências e formas de organização coletiva em torno de práticas inovadoras e politicamente potentes, que valorizam saberes tradicionais, promovem inclusão produtiva e fortalecem a resiliência dos territórios diante de crises. No entanto, também apontam os limites de



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



iniciativas pontuais e isoladas e o risco de captura das inovações por lógicas de mercado ou por agendas exógenas, como ocorre na financeirização ambiental ou na atuação de agências globais nas áreas rurais e interioranas do país. Para além da apropriação tecnocrática de conceitos como sustentabilidade, inclusão e inovação, que cria tensões entre práticas locais e estratégias promovidas por instituições externas e muitas vezes desvinculadas das realidades territoriais, os artigos submetidos ao GT chamam a atenção para a complexidade do campo do desenvolvimento territorial e para a necessidade de abordagens interdisciplinares para compreensão da diversidade territorial que marca o atual contexto do rural. O (re)conhecimento dessa diversidade contribui para enriquecer o debate sobre alternativas para o desenvolvimento dessas áreas e sobre os múltiplos caminhos que os territórios estão trilhando frente aos desafios – econômicos, sociais e ambientais - contemporâneos.

Destaca-se, nesse sentido, a urgência de aprofundar pesquisas que articulem políticas públicas e práticas territoriais a partir de uma perspectiva crítica e interdisciplinar, com ênfase na coprodução do conhecimento e das estratégias de desenvolvimento; de ampliar estudos voltados a compreender os impactos concretos da retomada de políticas territoriais no atual contexto do país; de sistematizar experiências exemplares de governança policêntrica; e de avançar na construção de indicadores que incorporem dimensões culturais, ambientais e relacionais em métricas e medidas de desenvolvimento territorial. Além disso, torna-se fundamental investigar os desafios associados às articulações multiescalares do desenvolvimento territorial e aprofundar reflexões epistemológicas sobre novas formas de interpretação dos fenômenos territoriais à luz da perspectiva da transição sustentável e da emergência das mudanças climáticas, contribuindo com a construção de quadros analíticos que possam servir de referência para pensar diferentes contextos e caminhos para a consolidação de trajetórias inclusivas e sustentáveis de desenvolvimento territorial nas variadas áreas rurais do Brasil.